

ENTREVISTA COM PAULO NUNO VICENTE

Laís Sousa Di Lauro*

Regina Baracuhy**

Paulo Nuno Vicente é Professor Associado com Agregação em Mídias Digitais na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, onde fundou e coordena o iNOVA Media Lab. Este laboratório de pesquisa e desenvolvimento dedica-se a narrativas imersivas e interativas, ao impacto social da Inteligência Artificial, a plataformas web e redes sociais, à inovação e transformação digital, à visualização de informação e à comunicação de ciência. Coordena atualmente o Instituto de Comunicação da NOVA (ICNOVA).

Na NOVA FCSH, coordenou o Mestrado em Novas Mídias e Práticas Web (2020–2024) e atualmente lidera o programa de Doutoramento em Média Digitais. É também membro do grupo de especialistas do Conselho da Europa em Inteligência Artificial e Educação. As suas contribuições académicas incluem diversos artigos científicos e capítulos de livros publicados internacionalmente, além do livro *Os Algoritmos e Nós*, lançado pela Fundação Francisco Manuel dos Santos (2023).

Paulo Nuno Vicente foi bolsista da Fondation Maison des Sciences de l'Homme (2024) e recebeu distinções como a German Marshall Fund Fellowship (2016) e o Prémio do Conhecimento Calouste Gulbenkian (2019). É também o criador do podcast *Da Inteligência ao Artificial*, disponível nas plataformas digitais do Bauer Media Group e no Spotify: [Link do Podcast](#).

PERGUNTA: O trabalho que o senhor tem empreendido nos últimos anos reflete a urgência da reflexão acerca da Inteligência artificial na sociedade contemporânea. Na sua obra “Os algoritmos e nós”, o senhor fala sobre como a dataficação da vida social se constitui em uma forma de vigilância distribuída (dataveillance) que pode servir para monitorar os sujeitos e vigiar suas

condutas. Como o senhor enxerga a transição entre a sociedade de 15 anos atrás e a de hoje, marcada pela vigilância e a coleta de dados pessoais?

RESPOSTA: Creio que, nos primeiros vinte anos do século XXI, vivemos sob a ilusão de uma Internet redentora. Esta utopia digital foi alimentada, por um lado, por uma genuína esperança de democratização da informação e, por outro, pela retórica cuidadosamente construída pelas grandes empresas tecnológicas. Sob o lema sedutor do "*é gratuito e sempre será*", o acesso às plataformas digitais camuflou eficazmente a verdadeira natureza extrativista e global dessas corporações — uma lógica de acumulação de dados sem precedentes na história da humanidade.

Hoje, assistimos à consolidação de uma economia política dos dados, onde a infraestrutura e o comércio algorítmico da informação escapam largamente ao controlo soberano dos Estados. Esta realidade coloca em causa não apenas os mecanismos tradicionais de regulação, mas também os próprios fundamentos da prestação de contas democrática.

É importante sublinhar que a dataficação da vida social não é, em si, um fenómeno novo. Há séculos que o poder se exerce também através da capacidade de recolher, classificar e tratar dados sobre os indivíduos e as populações. As grandes tragédias do século XX — como o Nazismo ou o Genocídio no Ruanda — assentaram, em parte, em sistemas organizados de vigilância e catalogação humana. Nesse sentido, a vigilância contemporânea, embora tecnologicamente mais sofisticada, deve ser lida como o aprofundamento de uma lógica histórica de controlo — no sentido literal de “profundidade” e, logo, de dificuldade de acesso.

Assim, parece-me evidente que a regulação das novas formas de vigilância e extração de dados é hoje essencial à sobrevivência das democracias e à proteção efetiva dos Direitos Humanos. No entanto, o que observamos é uma preocupante assincronia entre a complexidade dos desafios contemporâneos e a resposta dos poderes públicos, que persistem maioritariamente em aplicar soluções herdadas de paradigmas analógicos a problemas que já são — e cada vez mais serão — profundamente digitais e sistémicos. Esta dissonância entre tempo político e tempo tecnológico é, a meu ver, um dos riscos estruturais do nosso presente.

PERGUNTA: Na obra “Vigiar e punir”, Michel Foucault reflete sobre as diversas formas de vigilância existentes na sociedade, como por exemplo a ideia do panóptico de Bentham, um sistema de vigilância que, a partir de uma arquitetura estratégica, permite “ver sem parar”. Como esse dispositivo de vigilância se relaciona com os sistemas de vigilância digital contemporâneos, como algoritmos de rastreamento e inteligência artificial? Poderíamos dizer que vivemos hoje um “panóptico digital”?

RESPOSTA: O que observamos hoje não é apenas uma atualização tecnológica desse modelo, mas a sua transfiguração estrutural. Vivemos sob um panóptico digital, ou mais precisamente, sob o espectro de olhares algorítmicos globais, cujo funcionamento não depende de uma torre central visível, mas de uma infraestrutura invisível e progressivamente ubíqua.

Este novo dispositivo de vigilância não é apenas uma metáfora — ele é materialmente real, ecologicamente consequente, corporizado nas redes de servidores, nos centros de dados e nos sistemas operativos das plataformas digitais que são o interposto de praticamente todas as esferas da vida social contemporânea. Diferente do panóptico clássico, em que o poder se exerce através da possibilidade da *observação constante*, o panóptico digital exerce-se através da *captação contínua* de dados.

Trata-se de um poder que não apenas vê, mas que procura prever e preencher, operando por via de algoritmos, sistemas de pontuação comportamental e formas de personalização automatizada que moldam as escolhas e as atitudes dos indivíduos. O controlo já não é apenas disciplinar, mas economicamente produtivo, na perspectiva das empresas: este “olho global” não é um mecanismo público de vigilância, mas um sistema profundamente privatizado, que assenta no controlo proprietário das infraestruturas essenciais à vida digital: motores de busca, redes sociais, sistemas operativos móveis, serviços de *cloud* — outra metáfora, a da nuvem, contrária ao efetivo peso da infraestrutura de centros de dados. A vigilância nunca é neutra — ela estrutura relações de poder, define normas, e produz sujeitos.

PERGUNTA: Como os algoritmos e a inteligência artificial estão moldando as formas como os indivíduos agem, consomem e se comunicam na sociedade contemporânea?

RESPOSTA: Os algoritmos e a inteligência artificial estão a moldar profundamente o comportamento social, ao mediar o que vemos, consumimos e como nos relacionamos, sem que tenhamos acesso às formas de racioalidade inerentes (as “caixas negras”). Ao personalizar conteúdos e antecipar preferências, estes sistemas modulam a nossa conduta, muitas vezes sem que nos apercebamos. As plataformas digitais tornaram-se infraestruturas de visibilidade e decisão, influenciando o que é considerado relevante ou verdadeiro. Para além disso, enquanto artefactos humanos, reproduzem enviesamentos e desigualdades, dado que operam com dados históricos e lógicas de mercado. Assim, mais do que ferramentas neutras, os algoritmos são dispositivos de poder, exigindo literacia crítica e regulação eficaz para garantir transparência, equidade e responsabilidade.

PERGUNTA: Em seu livro “Os algoritmos e nós”, o senhor fala sobre a crescente influência da “algocracia” (governo por algoritmos). Na sua opinião, como podemos pensar as repercussões dessa nova forma de poder?

RESPOSTA: A noção de algocracia — ou seja, o governo por algoritmos — remete para uma transformação profunda nas formas de exercício do poder na sociedade contemporânea. Não se trata apenas de automatizar decisões, mas de progressivamente e subtilmente substituir critérios deliberativos, culturais e políticos por lógicas computacionais opacas, muitas vezes inscritas em sistemas que escapam ao escrutínio público.

As repercussões desta nova forma de poder são múltiplas. Por um lado, há um risco de desresponsabilização institucional: quando decisões relevantes (como concessão de crédito, ação policial ou acesso a benefícios sociais) são mediadas por algoritmos,

torna-se difícil identificar responsáveis e contestar resultados, a favor de uma desculpabilização pela máquina (“o problema é do algoritmo”, “os vieses estão nos dados”). Consequentemente, assiste-se a uma reconfiguração da autoridade, assistida por sistemas técnicos complexos. A algocracia tende a reproduzir preconceitos existentes sob a aparência de neutralidade técnica, o que é particularmente problemático. O que está em jogo, portanto, não é apenas a eficiência da decisão, mas a legitimidade do processo e a efetiva possibilidade de contestá-lo ou revertê-lo.

PERGUNTA: Em um contexto de vigilância digital algorítmica e personalização mediada pelos algoritmos, quais estratégias podem ser adotadas para superar as bolhas criadas pela IA e minimizar os vieses embutidos nesses sistemas? Quais seriam os papéis da educação digital e da regulação tecnológica nesse processo?

RESPOSTA: A educação digital crítica é essencial. Não basta saber usar tecnologias — é preciso compreender os seus mecanismos, lógicas económicas e implicações sociais. Em contextos educativos formais, isto implica hoje integrar conteúdos sobre ética digital, inteligência artificial e poder computacional desde os níveis básicos de ensino. É igualmente necessário um quadro regulatório robusto, que assegure transparência algorítmica e responsabilidade das plataformas. A lógica da personalização deve ser auditável e os utilizadores devem ter direito aos seus próprios dados e a configurar conscientemente como aceitam ou não que os seus dados sejam processados.

Sendo certo que é um desafio imenso com custos avultados, é igualmente fundamental promover e desenvolver infraestruturas tecnológicas alternativas, públicas ou cooperativas, que operem fora da lógica puramente mercantil das grandes plataformas. Só assim será possível criar ecossistemas digitais mais plurais, equitativos e verdadeiramente democráticos.

PERGUNTA: Considerando os temas abordados nesta entrevista, como podemos estabelecer limites éticos para o uso da inteligência artificial e dos algoritmos, especialmente diante de seu impacto na vigilância, na governamentalidade e na formação das subjetividades? Que princípios deveriam guiar esse debate no futuro?

RESPOSTA: Estabelecer limites éticos para o uso da inteligência artificial e dos algoritmos exige um reposicionamento fundamental: devemos deixar de tratar a tecnologia como um dado inevitável ou neutro, e começar a concebê-la como um campo de disputa política e até moral, onde se definem os contornos da vida social, da justiça e da própria humanidade. Quando digo “inevitável” quero dizer que o nosso atual modo de uso das tecnologias digitais não é o fruto de um acaso ou de uma inevitabilidade. É, essencialmente, o resultado de um processo de implantação social desenhada para uma escala global. É urgente ancorar este debate em princípios éticos claros, em valores sociais de que não estamos dispostos a prescindir

Notas

* Laís Sousa Di Lauro é doutoranda em Linguística pela Universidade Federal da Paraíba (PROLING/UFPB), na linha de pesquisa Discurso, com período sanduíche na Universidade Nova de Lisboa (UNL/PT). É mestra em Estudos da Mídia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGEM/UFRN), na linha de pesquisa Estudos de Mídia e Produção de Sentido. Integra os grupos de pesquisa CORPOLÍTICA (UFRN) e CIDADI (UFPB). É graduada em Comunicação Social – Jornalismo pela UFRN, também com período sanduíche na UNL/PT. Seus interesses de pesquisa envolvem Instagram, discurso, corpo, beleza, feminino, mídias digitais, gênero e subjetividades. Possui experiência profissional nas áreas de publicidade, marketing digital, assessoria de imprensa e assessoria política. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9802-8786>. E-mail: laisdilauro@gmail.com.

** Regina Baracuhy é professora Associada Nível IV da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), vinculada ao Departamento de Língua Portuguesa e Linguística (DLPL) e membro permanente do Programa de Pós-Graduação em Linguística (PROLING/UFPB), onde orienta pesquisas em nível de Iniciação Científica, Mestrado e Doutorado. Possui Pós-Doutorado em Linguística pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa pela UNESP/Araraquara, Mestrado em Língua Portuguesa e Graduação em Letras pela UFPB. Atua nos Estudos Discursivos Foucaultianos, desenvolvendo pesquisas sobre discurso, sujeito, governamentalidade, mídia digital e cartografias urbanas. Coordena o grupo interinstitucional CIDADI (Círculo de Discussões em Análise do Discurso) e integra o GT Estudos Discursivos Foucaultianos da ANPOLL. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2867-6806>. E-mail: mrbaracuhy@hotmail.com